



## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA ENTRE DOMICÍLIOS COM GESTANTES EM INSEGURANÇA ALIMENTAR?

CAROLINE NICKEL ÁVILA<sup>1</sup>; DANIELE BEHLING DE MELLO<sup>2</sup>; KATHREIM MACEDO DA ROSA<sup>3</sup>; BÁRBARA BORGES RUBIN<sup>4</sup>; ANA PAULA ARDAIS<sup>5</sup>; LUCIANA DE AVILA QUEVEDO<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Católica de Pelotas – [oi.caroline@hotmail.com](mailto:oi.caroline@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Católica de Pelotas – [daniele.b.mello@hotmail.com](mailto:daniele.b.mello@hotmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Católica de Pelotas – [kathreimrosa@gmail.com](mailto:kathreimrosa@gmail.com)

<sup>4</sup>Universidade Católica de Pelotas – [barbararubiin@hotmail.com](mailto:barbararubiin@hotmail.com)

<sup>5</sup>Universidade Católica de Pelotas – [ana.ardais@ucpel.edu.br](mailto:ana.ardais@ucpel.edu.br)

<sup>6</sup>Universidade Católica de Pelotas – [luciana.quevedo@ucpel.edu.br](mailto:luciana.quevedo@ucpel.edu.br)

### 1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família é destinado às famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social e tem o intuito de promover a Segurança Alimentar e Nutricional de seus integrantes e de reduzir as desigualdades sociais no país, por meio de estratégias governamentais desenvolvidas para tentar combater a fome e a pobreza. As famílias pobres podem participar do programa, desde que tenham em sua composição gestantes, crianças ou adolescentes entre zero e 17 anos de idade. No caso da existência de gestantes, é destinado o benefício variável às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, tendo as gestantes que comparecerem às consultas de pré-natal, conforme calendário preconizado pelo Ministério da Saúde para garantir o recebimento do benefício (BURLANDY, 2007; BRASIL, 2011).

As famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família tendem a gastar uma parcela importante do benefício recebido com a compra de alimentos, a fim de barrar a dificuldade de acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem que isso comprometa o acesso a outras necessidades básicas, o que determina um quadro de Insegurança Alimentar (BICKEL et al., 1996).

Desta forma, o objetivo do presente estudo foi avaliar a associação entre os níveis de gravidez da Insegurança Alimentar e o recebimento do auxílio do Programa Bolsa Família em domicílios com gestantes na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

### 2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal aninhado a um estudo de intervenção intitulado “Transtornos neuropsiquiátricos maternos no ciclo gravídico-puerperal: detecção e intervenção precoce e suas consequências na tríade familiar” da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), o qual possui sete fases de avaliação. As análises aqui apresentadas compõem a primeira fase de avaliação.

O processo de amostragem foi realizado em múltiplos estágios, sendo os setores censitários selecionados de forma sistemática e delimitados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as unidades amostrais primárias. Primeiro foram listados os 488 setores censitários da zona urbana da cidade de Pelotas de acordo com a malha do Censo de 2010, para o posterior sorteio de 244 setores. Cada setor sorteado, recebeu a visita de um entrevistador para listagem de todos os domicílios com gestantes nos primeiros dois trimestres de gravidez.



Todas as mulheres, com até 24 semanas de gestação encontradas na busca foram convidadas a participar da pesquisa, aquelas que aceitaram, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados do *baseline* foram coletados entre os anos de 2016 e 2018 através de questionário padronizado contendo questões socioeconômicas, demográficas e de saúde, aplicado nos domicílios das participantes por bolsistas de iniciação científica previamente treinados.

Para mensurar a prevalência de Insegurança Alimentar, foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), método direto de medir a condição domiciliar de Segurança Alimentar. Composta por 14 itens, oito itens destinados a famílias sem indivíduos menores de 18 anos e um adicional de seis itens para famílias com pelo menos um indivíduo menor residente no domicílio, a EBIA classifica os domicílios em Segurança Alimentar ou Insegurança Alimentar, de acordo com a experiência vivenciada pela família nos últimos três meses que antecederam a entrevista em relação à suficiência alimentar. É possível atribuir três níveis de gravidade para a Insegurança Alimentar, sendo eles: leve, quando há redução da qualidade dos alimentos e aumento dos padrões de adaptação alimentar; moderada, quando os adultos residentes no domicílio sofrem redução da ingestão alimentar; e, grave, onde a redução da ingestão alimentar atinge além dos adultos, as crianças da família (SEGALL-CORRÊA et al., 2004).

Os dados referentes ao recebimento de auxílio do Programa Bolsa Família foram obtidos através de uma pergunta categórica dicotómica, a qual deveria ter sido respondida “Não” ou “Sim” para a questão “Você recebe bolsa família?”.

Para a dupla digitação dos questionários, foi utilizado o programa Epidata 3.1. A análise bivariada dos dados foi realizada pelo software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 25, através do teste qui-quadrado.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCPel, sob o parecer número 47807915.4.0000.5339.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisadas 983 gestantes, das quais 54,7% relataram que haviam planejado a gestação. Houve um predomínio de gestantes com 30 anos ou mais (35,8%), com 11 anos ou mais de estudo (56,6%), que pertenciam à classe socioeconômica C (57,3%), que viviam com companheiro (80,9%), que não eram primigestas (58,0%), que estavam no 2º trimestre gestacional (67,7%) e que estavam realizando o pré-natal no momento da primeira entrevista (91,3%).

Das gestantes que viviam em domicílios com Insegurança Alimentar, 86,6% não recebiam auxílio do Programa Bolsa Família ( $p=0,006$ ). Quando atribuído os níveis de gravidade da Insegurança Alimentar, a distribuição do auxílio do Programa Bolsa Família aumentava de acordo com o aumento da gravidade da Insegurança Alimentar, apresentando linearidade significativa ( $p<0,001$ ). Desta forma, aquelas gestantes que residiam em lares com Insegurança Alimentar leve recebiam menos auxílio do Programa Bolsa Família (10,2%) quando comparadas às gestantes que moravam em domicílios com Insegurança Alimentar moderada (20,5%) e grave (26,5%) respectivamente ( $p<0,001$ ). Entretanto, apesar da distribuição do auxílio aumentar de acordo com a gravidade da Insegurança Alimentar, a maioria dos domicílios com gestantes com Insegurança Alimentar leve (89,8%), moderada (79,5%) e grave (73,5%) não recebiam qualquer auxílio do programa Bolsa Família ( $p<0,001$ ).



A associação da Insegurança Alimentar com a participação no Programa Bolsa Família está relacionada à situação de vulnerabilidade socioeconômica dos beneficiários, visto que este é considerado um dos principais programas governamentais de superação da fome e das desigualdades sociais no Brasil (SILVA; LIMA, 2010; BOHN et al., 2014). Nesta perspectiva, estudos apontam que o auxílio do Programa Bolsa Família desempenha papel relevante na proteção social, especialmente ao aumentar ou possibilitar o desenvolvimento de fontes alternativas de renda, em especial para a utilização na aquisição de alimentos (ROSE, 2008), considerando que o direcionamento do recurso financeiro para a aquisição de alimentos é maior quanto mais grave for o nível de Insegurança Alimentar entre as famílias beneficiárias (IBASE, 2008).

#### 4. CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo sugerem associação e uma relação de linearidade no que diz respeito ao aumento da distribuição do auxílio do Programa Bolsa Família e o aumento dos níveis de gravidade da Insegurança Alimentar, resultando em uma distribuição equitativa. No entanto, os resultados mostram que a maioria das gestantes com Insegurança Alimentar não recebia auxílio do Programa Bolsa Família, mostrando a importância de aprimorar a compreensão da Insegurança Alimentar, a fim de auxiliar a desenhar intervenções e abordagens para uma distribuição do auxílio mais efetiva.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BICKEL, G.; NORD, M.; PRICE. C.; HAMILTON, W.; COOK J. **Measuring food security in the United States: guide to measuring household food security**. Alexandria: Office of Analysis, Nutrition, and Evaluation, U.S. Department of Agriculture; 2000.

BOHN, S.; VEIGA, L.F.; DALT, S.; BRANDÃO, A.P.; GOUVÉA, V.H.C. Can conditional cash transfer programs generate equality of opportunity in highly unequal societies? Evidence from Brazil. **Rev. Sociol. Polit.** 2014;22(51):111-133.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família**. Brasília: MDS; 2011.

BURLANDY L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Cien Saude Colet** 2007; 12(Supl. 6):1441-1451.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: relatório síntese**. Rio de Janeiro: IBASE; 2008.

ROSE, D.D. Interventions to reduce household food insecurity: a synthesis of current concepts and approaches for Latin America. **Rev Nutr.** 2008;21(Suppl 1):159-73.



SEGALL-CORRÊA, A.M.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; MARANHA, L.K.; SAMPAIO, M.F.A. (In) **Segurança alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação**. Relatório Técnico. Campinas (São Paulo), 2004.

SILVA, M.O.S.; LIMA, V.F.S.A. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez; 2010.